

A Contribuição Docente Na Gestão Escolar Democrática

La Contribución Docente en la Gestión Escolar Democrática

Gabrielle Coelho dos Santos¹

Resumo

Este artigo buscou evidenciar o papel docente na gestão escolar democrática. Com os objetivos de refletir sobre o papel dos educadores em uma gestão escolar democrática, identificar qual a concepção de democracia dos docentes, perceber como se dá a participação dos professores na gestão escolar e observar a influência dos gestores nas atividades dos mesmos. Justificando-se pela relevância de problematizar questões que permeiam o trabalho do gestor escolar na visão de professoras da educação básica por necessitarem de uma gestão democrática que possa auxiliar no desempenho de suas funções no ambiente escolar. Para promover a discussão foram utilizadas contribuições dos autores Vitor Paro e José Carlos Libâneo, além de alguns outros autores relacionados com a temática. A metodologia utilizada tem caráter qualitativo partindo de entrevistas semiestruturadas com três professoras de escolas estaduais do município de Jaguarão/RS. Com os resultados encontrados tornou-se evidente as percepções das docentes sobre a gestão democrática de sua instituição e a maneira como percebem sua equipe diretiva.

Palavras-Chave: Autonomia, Docência, Gestão Democrática, Participação.

Resumen

Este artículo buscó evidenciar el papel docente en la gestión escolar democrática. Con los objetivos de reflexionar sobre el papel de los educadores en una gestión escolar democrática, identificar cuál es la concepción de democracia de los docentes, percibir cómo se da la participación de los profesores en la gestión escolar y observar la influencia de los gestores en las actividades de los mismos. Justificándose por la relevancia de problematizar cuestiones que permean el trabajo del gestor escolar en la visión de profesoras de la educación básica por necesitar una gestión democrática que pueda auxiliar en el desempeño de sus funciones en el ambiente escolar. Para promover la discusión se utilizaron contribuciones de los autores Vitor Paro y José Carlos Libâneo, además de algunos otros autores relacionados con la temática. La metodología utilizada tiene carácter cualitativo partiendo de entrevistas semiestruturadas con tres profesoras de escuelas estatales del municipio de Jaguarão / RS. Con los resultados encontrados se hizo evidente las percepciones de los docentes sobre la gestión democrática de su institución y la manera como perciben su equipo directivo.

Palabras claves: Autonomía, Docencia, Gestión Democrática, Participación.

1. Introdução

O presente artigo foi solicitado a partir do componente curricular Gestão Democrática da Escola, do curso de Pedagogia. Com a temática sobre o papel docente na gestão escolar democrática em uma escola estadual do município de Jaguarão/RS.

Buscou-se refletir sobre o papel dos educadores em uma gestão escolar democrática, identificar qual a concepção de democracia dos docentes, perceber como se dá a participação dos professores na gestão escolar e observar a influência dos gestores nas atividades dos mesmos. Discutindo ainda, conceitos de autonomia e participação na gestão democrática destacando seus efeitos para a prática docente.

¹ Estudante de Pedagogia - Licenciatura; Universidade Federal do Pampa; Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil; gabi_coelhodossantos@hotmail.com

Este artigo justifica-se pela importância de problematizar questões que permeiam o trabalho da equipe diretiva na visão de professoras da educação básica por necessitarem de uma gestão democrática que possa auxiliar no desempenho de suas funções no ambiente escolar.

Para a formação de futuros educadores, se mostra relevante conhecer as relações existentes entre a visão do professor sobre as práticas dos gestores e suas relações com a teoria estudada para que aos poucos, a gestão democrática possa se tornar cada vez incorporada e participativa no interior da escola. Assim como afirma Paro (2006, p.25), “Não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-las”.

A metodologia empregada teve caráter qualitativo, buscando a compreensão de aspectos e acontecimentos apontados através de entrevistas semiestruturadas com três professoras da rede pública estadual de ensino.

Os resultados da pesquisa demonstraram que as professoras têm consciência do seu papel em uma gestão democrática, mas que o caminho para a consolidação desta ainda será longo e de difícil consolidação nas escolas brasileiras por diversos obstáculos que ainda não foram superados.

2. Percorso Metodológico

A metodologia teve caráter qualitativo preocupando-se com os processos e compreensão dos acontecimentos ocorridos aliado ao entendimento das relações estabelecidas entre estes. Segundo Turato (2003, p. 262) “a curiosidade e o empenho do pesquisador estão voltados para o processo, definido como ato de proceder do objeto, quais são seus estados e mudanças e, sobretudo, qual é a maneira pela qual o objeto opera”.

A pesquisa foi realizada através de entrevista semiestruturada partindo de um modo amplo de abordar o tema de estudo, oportunizando que o entrevistado fale livremente sobre suas percepções, oferecendo material de análise relacional. Podendo ser contemplada com outros métodos de acordo com as especificidades do processo de interação desencadeado e composto, geralmente, por quatro componentes: o entrevistador, o entrevistado, a situação da entrevista e o roteiro de entrevista.

A entrevista partiu dos seguintes questionamentos:

- 1) No seu entendimento, qual o significado de democracia?
- 2) Como você participa da gestão na sua escola?
- 3) Como o trabalho das gestoras influencia no seu trabalho como educador?

A análise dos dados coletado realizou-se pelo método da triangulação que consiste em uma articulação de três ângulos: os dados da pesquisa, as percepções do pesquisador com relação a estes dados e a relação da fundamentação teórica com os mesmos dados. Como afirma Triviños (1987, p. 138). “A técnica da triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo”.

As professoras entrevistadas fazem parte de uma escola estadual do município e lecionam para as turmas de 1º, 2º e 5º ano do ensino fundamental. Serão mencionadas durante o decorrer do texto como: professora 1, professora 2 e professora 3 com a intenção de facilitar a compreensão do leitor sobre as discussões proporcionadas.

3. Gestão Democrática, Autonomia e Participação

Muitos sentidos podem ser atribuídos a gestão dentro de uma perspectiva democrática e alguns merecem destaque por esclarecer um conceito, muitas vezes, deixado de lado. Buscou-se através de autores como Vitor Henrique Paro e José Carlos Libâneo promover a discussão sobre a temática abordada.

A gestão democrática está assegurada na Constituição Federal de 1988, no seu Art. 206, que dispõe a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9394/96, no Art. 14 incorporando a gestão democrática com um princípio, entendendo esta como uma tarefa que deve ser realizada coletivamente com a participação da comunidade local e escolar provendo o diálogo e a participação. Assim como na legislação do estado do Rio Grande do Sul, lei Nº 10.576, de 14 de novembro de 1995 sendo atualizada em 2012, incorporando o art. 206 da Constituição Federal, que ainda não estava preconizado na data de formulação desta lei no estado.

Mesmo com o princípio da gestão democrática assegurado na Constituição Federal e na LDBN, são necessárias medidas que auxiliem os membros pertencentes à escola no entendimento desse conceito tão presente nas palavras do discurso da escola moderna brasileira. Para Gadotti (2001) de nada valeria uma Lei de Gestão Democrática do Ensino Público concedendo autonomia em todas as esferas das escolas, se os sujeitos que fazem parte deste local desconhecem o significado político de autonomia implicando na participação continua dos segmentos presentes na instituição conduzindo a implantação de espaços dinâmicos, diversos e distintos na compreensão da escola

A gestão pode ser entendida, segundo Libâneo (2004, p.88) como “a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos de organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos.” Assim, pode-se compreender que para uma gestão ser democrática necessita que as atividades sejam realizadas em consonância com as decisões tomadas pelos segmentos presentes na escola.

Para uma gestão democrática na educação é necessário que os indivíduos e, principalmente, o professor tenham claro o seu papel e o seu dever na constituição de uma escola democrática. Como afirma Rios (1992, p. 76) “[...] é preciso ter conhecimento. Conhecer o dever e, mais ainda conhecer conteúdos e técnicas que propiciem o cumprimento do dever”. O educador não pode apenas conhecer sua disciplina e os conteúdos que deve ensinar em sua sala de aula. Precisa conhecer aos sujeitos que estão sendo formados e a escola em que desempenha suas funções.

Vale ressaltar que a democracia na gestão escolar não parte do princípio de que todos podem fazer o que julgarem adequado, mas podem expor suas opiniões e desejos para que o grupo tenha a liberdade de decidir, em conjunto. Para Dourado (2013, p. 97-98):

“[...] a gestão democrática é entendida como processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais, e no seio dessas, as práticas educativas”

A instituição educacional caracterizada por ser democrática se baseia no princípio da participação de todos os indivíduos e na autonomia depositada na instituição para desenvolver suas atividades. Uma democracia não pode ocorrer com a participação de uma minoria no momento de tomar as decisões, mas estas devem ser tomadas em conjunto com todos os envolvidos no processo.

A participação é extremamente importante para a consolidação de uma gestão democrática, pois todos os grupos precisam estar presentes nas reuniões, no conselho escolar e nas decisões que a escola tomará. Sem essa participação não se pode garantir uma democracia no interior desta instituição. A participação deve ser incentivada pelos gestores, mas conduzida de maneira espontânea pelos sujeitos. Vitor Paro ainda enfatiza o fato de que se os meios para a efetivação da participação dependem “[...] de alguém que dá abertura ou permite sua manifestação, então a prática em que tem lugar essa participação não pode ser considerada democrática, pois democracia não se concede, se realiza: não pode existir “ditador democrático”. (2006, p. 18-19)

A desvalorização do magistério tanto na esfera financeira como na qualidade do ambiente de trabalho acabam por não favorecer o processo de participação. Professores sem motivação para exercer as suas funções dentro de sala de aula, terão poucas chances de se interessar por reuniões fora do seu horário de expediente. Segundo Paro (2012, p.586) “No caso do professor, não se trata somente de o salário ser baixo, mas sim de ele estar enormemente defasado em relação à importância da ocupação, e essa importância é cada vez menos reconhecida pela população.”

A participação, segundo Libâneo (2013, p. 89), “[...] proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, da escola com a comunidade, e favorecendo a aproximação maior entre professores, alunos, pais.” Conhecer os objetivos e a filosofia da escola pode proporcionar um novo olhar sobre questões que em um primeiro momento podem parecer autoritárias ou controversas para a maioria dos indivíduos, mas que poderão ser compreendidas com a participação. Ainda, podendo ocasionar a tão necessária aproximação entre os diferentes segmentos.

A autonomia pode ser considerada como um conceito determinante para uma gestão considerada democrática à medida que devem se estabelecer relações de interação entre a comunidade escolar e local, exercitar o respeito à diversidade e a democratização. Como complementa Neves (1997, p.99) “Se a escola só recebe ordens, leis, deliberações para cumprir, transforma-se em órgão tutelado, perde seu espaço de liberdade e autonomia e reduz a capacidade de mediar, tão própria do ato educativo.”

É indispensável que o docente conquiste uma maior autonomia para desenvolver saberes significativos, possibilitando ao aluno uma formação crítica, reflexiva e autônoma pensando sobre a realidade e transformando-a. O educando se apropriará de saberes para uma formação significativa e cidadã. A democracia deve ser entendida como um processo em construção implicando em modificação de estruturas sociais “[...] na reorientação da política de produção e do desenvolvimento, na reinvenção do poder, na justiça, requer também o desenvolvimento dos gostos democráticos que não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática” (FREIRE, 1983, p. 61).

4. O que dizem as professoras?

Serão analisadas as entrevistas realizadas com as três professoras citadas na metodologia, adotando o método da triangulação para compreender as falas abaixo descritas.

Quando questionada sobre o que entendia por gestão democrática, a professora 1 disse que “Democracia, não é dizer que todos tenham razão, que todos possam decidir, não, é decidir em conjunto e chegar num consenso.” A professora 2 resumiu tal conceito dizendo que “a democracia é um sistema onde todos participam de tudo, decidem, escolhem.”

A professora 1 coloca de maneira muito clara uma questão que deve ser evidenciada em um ambiente democrático, de que não se pode pensar a escola democrática como o local em que todos podem fazer o que julgarem adequado, mas sim um local em que todos podem participar e colocar as suas opiniões para o grupo decidir o que julgar adequado. A escola necessita passar por uma mudança interna que proporcione um ambiente propício ao diálogo. “Quando enxergamos com clareza que os problemas da educação são sociais e que é a própria sociedade que deverá necessariamente mudar, e não apenas a educação, já estamos definindo finalidades para a educação.” (CASTANHO, 2010, p. 67)

A Professora 3 assinala que “democracia nos dias atuais nos leva a pensar nas questões de cidadania, onde todos consigam se posicionar como cidadãos e que onde o direito de opinião desse cidadão seja ouvido por gestores, governadores, etc.”. Uma escola democrática deve formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e que saibam pensar criticamente sobre a sociedade que lhes é apresentada. “Uma sociedade democrática só se desenvolve e se fortalece politicamente de modo a solucionar seus problemas se pode contar com a ação consciente e conjunta de seus cidadãos.” (PARO 2006, p. 35).

A professora 1 quando questionada sobre a forma que participava da gestão na sua escola afirmou que participava “[...] das reuniões, opinando, ajudando a decidir e apoiando mesmo quando é definido coisa que eu não concordo e que eu não gostaria, porque se o grupo então eu tenho que apoiar, isso é ser democrático”. Em consonância com a resposta da entrevistada 2 que afirmou que participa da gestão “[...] dando sugestões, participando nas reuniões pedagógicas”.

O professor que deseja fazer parte de uma escola democrática tem a necessidade de participar da gestão no auxílio de atividades que permitam a argumentação sobre atividades de diversos setores da escola. Libâneo (2013, p.79), afirma que “A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar.”

A professora 1 evidenciou que o trabalho da gestora influenciava o seu trabalho enquanto docente em função de que como afirmou: “[...] às vezes tem coisas que a gente quer fazer na sala de aula e não consegue porque de alguma forma não pode ou porque foi definido por todos ou por alguma norma da escola”. Já a professora 3 apontou para outra questão referente as decisões que eram tomadas internamente pelas gestoras sem consultar os demais professores afirmando que “O professor tem que participar da organização da escola como um todo e no momento que se toma uma decisão fechada só por parte das gestoras, eu acho que isso pode sim influenciar no trabalho lá na sala de aula.”

Pode-se compreender que na visão da professora 1, a autonomia se restringia as normas impostas pela escola, sendo assim estas decisões impediam que determinadas atividades fossem realizadas pela docente com seus educandos, delimitando a autonomia depositada no trabalho pedagógico. A professora 3 chamou atenção para o fato de que todas

as decisões tomadas sem o consentimento de todos os membros da comunidade poderiam afetar o seu trabalho com os estudantes.

Por fim, pode-se concluir que, com a análise das entrevistas ficou explícito o pensando de algumas professoras perante a gestão da sua escola sendo apontado pelas mesmas questões relevantes no processo de compreensão da realidade sobre uma gestão que ainda se encontra em formação para uma futura democracia.

5. Considerações Finais

Após analisar o referencial teórico e as entrevistas semi-estruturadas com três professoras, pode-se concluir que as mesmas têm consciência de seus deveres em uma gestão considerada democrática e conhecimento sobre o conceito de democracia associado à escola. As professoras concordam que sua participação deveria se dar pela participação em reuniões e festividades.

Por fim, pode-se observar que as docentes só apontaram pontos negativos com relação à influência das gestoras de sua escola, sem a presença de pontos positivos e o caminho para a consolidação de uma gestão democrática ainda será longo e caberá aos educadores a tarefa de formar cidadãos participativos e autônomos, dentro e fora da escola.

Referências

BRASIL. *Constituição, 1988*. Constituição Federal, São Paulo: Lex, 1988.

CASTANHO, Maria Eugênia de Lima. Os objetivos da Educação. In: VEIGA, Ilma Passos. *Repensando a Didática*. Campinas/SP: Papirus, 2010.

DOURADO, Luiz Fernando. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.) *Gestão democrática da educação*. Atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2013. (p.95-117)

FREIRE, P.. *Extensão ou comunicação?* 8 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da Escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2013. (p.83-98)

NEVES, Carmen Moreira de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). *Projeto Político-Pedagógico da Escola*. São Paulo: Papirus, 1997(pp.95-129).

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3 ed. São Paulo: Ática, 2006.

_____, Vitor Henrique. *Trabalho docente na escola fundamental: questões candentes*. In: Cadernos de Pesquisa, v.42, n.146, p.586-611 maio/ago. 2012.

RIOS, T.A. *Significado e Pressupostos do Projeto Pedagógico*. Série Idéias. n.15.p. 73-77. São Paulo: FDE, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto N.S; *Introdução à Pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1ª Ed, São Paulo, Atlas, 1987.

TURATO, E.R. *Tratado da metodologia da pesquisa qualitativa*. Petrópolis RJ. Editora Vozes, 2003.